

Modernidade e pós-modernidade: formulações conceituais e desafios teóricos

Cristina Simões Bezerra¹
cristina.bezerra@oi.com.br

Modalidade de trabalho: Resultado de investigação
Eixo temático: El Trabajo Social y las manifestaciones de la cuestión social
Palavras-chave: capitalismo, modernidade, pós-modernidade

Introdução

Nos últimos anos, muito se tem produzido acerca da chamada pós-modernidade e de suas principais proposições. Tais elaborações vão desde análises conceituais sobre termos como pós-moderno, pós-modernismo e pós-modernidade (FEATHERSTONE, 1995) até formulações mais complexas, que polemizam a concepção “pós-moderna” em vários estratos da vida social, como a cultura (JAMESON, 1994) e as políticas sociais (GERSCHMAN & VIANNA, 1997), apenas para exemplificar alguns deles. Este grande leque de questões sobre as quais polemizar o pós-moderno nos leva a concordar com FEATHERSTONE (1995) quando afirma que não basta perguntarmos “o que é o pós-moderno”, mas principalmente como e porque estamos preocupados com esta questão específica.

Neste sentido, é importante fazermos um resgate do projeto de modernidade enquanto principal alvo da crítica pós-moderna e entendermos as principais formulações desta crítica. Ao contrário do que se acreditava, o pós-modernismo realmente ultrapassou a duração de uma moda passageira e se conserva como uma imagem cultural poderosa a desafiar quaisquer projetos societários baseados na perspectiva da modernidade.

Assim, o que pretendemos, no desenvolvimento deste trabalho, é apresentar as linhas gerais destas teorias pós-modernas e a sua crítica ao projeto da modernidade. Acreditamos que a compreensão deste movimento nos permite refletir sobre os dilemas e os questionamentos contemporâneos acerca da cultura, nosso objeto de estudo durante o processo de doutoramento, não apenas para compreendê-la como inserida na dinâmica mais ampla da sociedade, envolvida pelos aspectos econômicos, políticos e sociais, mas também para pensar, a partir desta esfera, alternativas para a perspectiva pós-moderna, na tentativa de um reencontro com os ideais de universalidade e de emancipação humana

¹ Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora Adjunta da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil. Ponencia presentada en el XIX Seminario Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social. **El Trabajo Social en la coyuntura latinoamericana: desafíos para su formación, articulación y acción profesional.** Universidad Católica Santiago de Guayaquil. Guayaquil, Ecuador. 4-8 de octubre 2009.

numa orientação “neomoderna” que nos potencialize para verdadeiras e renovadas práticas de transformação social.

I – Modernidade e pós-modernidade: formulações conceituais e desafios teóricos

Nas mais diversas e divergentes formulações acerca da pós-modernidade, um ponto nos parece unânime: o questionamento do projeto de modernidade. Valendo-nos das ponderações de EAGLETON (1998), podemos afirmar que tanto histórica quanto teoricamente, as promessas e as conquistas da modernidade são agora colocadas em dúvida.

A modernidade se encontra historicamente elaborada entre o Renascimento (séculos XIV a XVI) e a Ilustração (séculos XVII e XVIII) e se constitui de uma programática sócio-cultural resultante de um movimento revolucionário no plano das idéias e das ações. Este movimento, como sabemos, instaurou um novo tempo de ultrapassagem de uma cultura teocêntrica, de fundação de um novo antropocentrismo, de superação do irracionalismo, de compreensão do homem como parte diferenciada da natureza, capaz de reorientar sua própria história. Instaura-se, enfim, a Razão moderna, precedente histórico do projeto de modernidade, a qual se caracteriza por um processo, ao mesmo tempo, objetivo e subjetivo. Através dela, afirma-se a existência de uma ordem objetiva de conexões no mundo, a qual pode ser objeto de um conhecimento científico transmissível e acessível ao homem que, no entanto, a apreende subjetivamente, reproduzindo-a segundo suas concepções de mundo.

Somente um contexto com esta orientação racionalista permitiria o surgimento de um projeto de modernidade como o que se desenhou a partir dos séculos XVII e XVIII. Segundo COUTINHO (1972), uma compreensão do real enquanto síntese de possibilidade e de realidade se torna possível, onde o mundo é uma totalidade concreta em constante evolução. A Razão não apenas tem o poder de apreender o movimento da realidade, mas também capacita o homem para a intervenção nesta realidade. Possui, neste sentido, uma dimensão emancipatória: é possível conhecer e transformar a realidade no sentido do atendimento das necessidades do homem.

Toda esta revolução no plano ideo-cultural é resultado, principalmente, do processo de ascensão da burguesia como classe dominante e do desenvolvimento inicial do modelo capitalista de produção. Na nova ordem societária que se instaurava no período pós-Revolução Burguesa, era necessário romper não só com o modo feudal de produção ou com o Estado absolutista, mas também com o teocentrismo, com o

irracionalismo e com o imediatismo do período anterior. Era preciso uma estrutura “moderna”, capaz de sustentar teoricamente a nova classe ascendente.

A modernidade é, assim, o programa sócio-cultural desta classe em sua fase revolucionária. São amplas e variadas as colocações de autores contemporâneos sobre este programa e gostaríamos de nos deter um pouco nas formulações de alguns deles. Em linhas gerais, apresentam este programa como uma perspectiva de potenciação da produção social de bens e serviços, em larga escala, para atender as necessidades da humanidade, emancipando-a da carência material. Outro ponto em comum é o reconhecimento de um livre desenvolvimento dos indivíduos sociais, capazes, agora, de um controle racional da natureza e de uma organização racional da sociedade.

Tal reflexão nos conduz a algumas considerações gerais sobre o projeto da modernidade e sobre os encaminhamentos contemporâneos desta formulação. Em primeiro lugar, gostaríamos de recuperar de COUTINHO (1972) a certeza de que este projeto moderno é resultado de um movimento progressista na história da humanidade. O caráter emancipatório que marca, em um primeiro momento, o capitalismo realiza uma verdadeira revolução nesta história, a partir do momento em que o real é visto como uma síntese de possibilidades e de realidade. Os processos sócio-históricos têm uma base racional, a partir da qual é possível conhecer e interferir nestes processos. O homem e toda a sociedade são produtos da atividade histórica e coletiva e têm no trabalho o elemento determinante da ação humana. O projeto da modernidade é construído, assim, sobre o tripé do humanismo, do historicismo concreto e da Razão dialética. Negar qualquer um destes três elementos é desconsiderar esta etapa da evolução da humanidade.

Um outro exercício de raciocínio que não podemos deixar de fazer é compreender que o movimento progressista que deu origem a este projeto moderno foi questionado e abandonado, primeiramente, pela própria classe burguesa que o criou. A metade do século XIX é o momento histórico desta primeira ruptura com o projeto da modernidade através do que COUTINHO denominou de “filosofia da decadência”. A partir de então, a classe burguesa passa a se apresentar como uma classe conservadora diante do movimento do proletariado, que passa a ser a classe capaz de realizar, em razão de sua inserção sócio-histórica, um movimento emancipatório com relação à sociedade capitalista. Assim, enquanto classe dominante, a burguesia abandona as conquistas do período anterior. O humanismo, o historicismo e a Razão dialética não são mais reconhecidos por esta classe como instrumentos capazes de fundar cientificamente a

ética e a ontologia. A filosofia da decadência é agora inteiramente ideológica. Propõe, a partir de então, que é impossível alcançar o conhecimento da realidade através da Razão, fortalecendo, assim, um pensamento imediatista incapaz de atingir a essência do objeto. A idéia humanista de uma história coletiva é abandonada e dá lugar ao hiperindividualismo que nega a sociabilidade do homem. Indivíduos absolutizados na dinâmica da sua vida social, pensamento imediatista voltado para as aparências fetichizadas da realidade, transformação das relações sociais em relações entre coisas: estes são os resultados do primeiro movimento de questionamento do projeto da modernidade, um movimento absolutamente conservador e voltado para anular qualquer possibilidade anticapitalista e emancipatória no interior desta sociedade. É esta a orientação do Positivismo e das primeiras tendências irracionistas que surgiram no interior do capitalismo.

Vemos, assim, que o questionamento da modernidade é um movimento bastante anterior ao que hoje se anuncia como a pós-modernidade e se apresenta como uma lógica conservadora, preocupada em legitimar o sistema capitalista vigente. É no contexto das grandes crises que demarcaram o século XX que parecem ganhar força as perspectivas pós-modernas. Este contexto justifica também a heterogeneidade destas perspectivas. Capitalismo e socialismo, cada um a seu modo, teriam decretado o fim daquele projeto de modernidade anteriormente traçado. Por sua vez, teóricos que se anunciavam “de direita” ou “de esquerda” passam agora a buscar saídas “pós-modernas” para estas crises.

Prevenidos desta heterogeneidade, gostaríamos, entretanto, de recuperar alguns elementos desta crítica pós-moderna que, na concepção de alguns autores como JAMESON, EAGLETON e HARVEY, parecem comuns e poderiam ser considerados como um “projeto pós-moderno”.

Primeiramente, o grande alvo da crítica pós-moderna é a Razão moderna, nas suas perspectivas instrumental e emancipatória. A idéia de que a realidade é um todo complexo e contraditório, mas passível de ser apreendido racionalmente, problematizado e transformado parece ser duramente criticada. Para a maior parte das tendências pós-modernas, a realidade se fragmentou de forma irrecuperável e, sobre ela, não é mais possível existir uma verdade e uma racionalidade, restando aos teóricos, contraditoriamente, aderir a um antiteoricismo, ou seja, uma produção fragmentada sem a possibilidade de uma orientação teórica mais ampla, com uma elaboração sistemática. Existe agora a necessidade de se voltar para o que SANTOS chama de mini-

racionalidades. Diante da fragmentação resultante do desenvolvimento do projeto de modernidade no interior da sociedade capitalista, a saída pós-moderna seria partir para racionalidades e necessidades locais múltiplas, construídas e enfrentadas nos espaços micro, sem uma necessária relação de totalidade.

A categoria de totalidade é, aliás, um outro elemento da crítica pós-moderna. Diante desta multiplicidade de micro-realidades e mini-racionalidades constatada pela pós-modernidade, a totalidade é vista por estas tendências como totalitarismo. Não existe um sistema total a ser compreendido e transformado, não existe uma totalidade no interior da qual possamos compreender nossas localidades. Esta é a orientação geral da pós-modernidade. Em algumas correntes, até se reconhece a existência de um sistema total, mas este fica numa condição de “inutilidade”. Uma vez que as ações políticas não conseguem conhecer e/ ou combater este sistema como um todo, o melhor é partir para projetos mais modestos e, portanto, mais viáveis. A explicação de EAGLETON para esta antitotalidade nos parece de extrema relevância.

As totalidades, pensando bem, precisam existir para alguém, e agora parece não haver pessoa alguma para quem a totalidade represente totalidade. Tradicionalmente costumava-se pensar que ela se destinava a grupos que necessitavam com urgência conseguir algum entendimento geral de suas condições opressoras de vida para poderem começar a fazer algo para mudá-las. (...) Mas esse tal sujeito foi rechaçado, incorporado, dispersado ou metamorfoseado em algo sem existência.” (1998: 18-19)

Nesta direção, constrói-se a crítica pós-moderna à noção de universalidade enquanto elemento de acesso de todas as pessoas às condições de liberdade, autonomia, justiça, igualdade política, etc. Para diferentes compreensões do pensamento pós-moderno, a universalidade assim considerada representa uma desconsideração com os mais diversos particularismos, tão valorizados pela pós-modernidade. Assim, a idéia de que as pessoas são iguais em constituição e em direito, que em outro momento histórico, representou um elemento altamente revolucionário, agora, na lógica pós-moderna, se transforma em algo conservador, autoritário e excludente. Mais do que isso, a idéia de uma “humanidade universal” representa, para os pós-modernos, uma mera abstração, pois, na prática, este ideal jamais se concretizou. Neste raciocínio, a universalidade anula e nega as diferenças e as particularidades dos inúmeros “grupos” sociais que formam a humanidade, ela homogeneiza tais grupos fazendo com que percam suas identidades. Tal discussão, como podemos perceber, se constitui de um acentuado relativismo, sobretudo no aspecto cultural e a pluralidade passa a ser a palavra de ordem.

Também o elemento da teleologia, tão significativo no projeto da modernidade, é desvalorizado e negado pelo pós-modernismo. Junto a ele, nega-se também o historicismo. Para a modernidade, o homem é um ser capaz de imprimir finalidades às suas ações. Existem, assim, propósitos e intenções históricos direcionados para se alcançar determinados fins específicos. Existe, enfim, uma intencionalidade nas ações humanas, existe um potencial no presente que intenta alcançar um tipo específico de futuro. É desta intencionalidade que é composta a História, no sentido moderno.

Para os pós-modernos, entretanto, isso não passa de uma grande ilusão. Existe, sim, uma história no sentido pós-moderno, mas ela não é absolutamente resultado de um processo de intencionalidade do ser humano. Esta intencionalidade, pelo menos, não se concretizou na prática, pois o homem não alcançou a finalidade de uma ordem social mais justa, livre, racional e compassiva. Assim, se existe uma história, ela é aleatória, sem qualquer relação causal entre um momento e outro. Ela é mutável, múltipla e aberta, marcada por descontinuidades cada vez mais marcantes. O século XX seria a prova cabal desta afirmação: o projeto iluminista se vê totalmente injustificado por duas guerras mundiais, pelos campos de concentração, pela fome, pela miséria, pelo racismo, pelo imperialismo.

Assim como não pôde realizar historicamente a sua intencionalidade, o homem também não é capaz de explicar a realidade, como já observamos, a partir de uma metanarrativa. O pós-modernismo se mostra totalmente contrário à idéia de que existam narrativas únicas que possam explicar a totalidade da vida social. Para estas concepções, isto seria uma violência teórica, pois os contextos são imprecisos, permeáveis e impossíveis de serem apreendidos por esta tentativa de explicar o real. Existe, como já mencionamos, um apego pós-moderno ao particular, ou aos particulares, os quais só podem ser abarcados por uma pluralidade de relatos, por uma multiplicidade de micronarrativas.

Esta crítica às metanarrativas significa uma crítica dos “paradigmas do século XIX”: o positivismo e o marxismo. Acreditamos, entretanto, que a crítica ao marxismo é a que realmente particulariza o ideário pós-moderno.

A “crise do marxismo” desdobra-se em crise política e teórica. É crise política, porque é acompanhada da “crise da teoria da revolução proletária”, na medida em que são postas em xeque as anteriores certezas teleológicas de um socialismo concebido como a realização de uma missão histórica, ditada como tarefa “ontológica” a ser cumprida pelo proletariado, o “sujeito revolucionário”. E, também, é crise teórica, com conseqüências na amplificação da crise política, porque a dinâmica da realidade social tornou-se impermeável a suas categorias explicativas.” (EVANGELISTA, 1992: 17)

A crítica pós-moderna ao marxismo aponta, desta forma, para uma defasagem entre suas teses e a realidade social efetiva. Em outras palavras, o marxismo não “se realizou”, uma vez que suas propostas de uma polarização radical entre burguesia e proletariado, de revoluções socialistas que se estenderiam pelo mundo afora são efetivadas, na prática, através do abandono dos propósitos revolucionários, da adesão do proletariado à lógica das reformas sociais e do fracasso das experiências de “socialismo real”. A teoria marxista das classes sociais recebe uma crítica contundente, baseada na realidade do aparecimento daqueles novos movimentos sociais de que falávamos, como os movimentos estudantil, ecológico, pacifista, feminista, etc., que, a princípio, parecem ter abandonado a perspectiva revolucionária mais ampla e se voltado para mudanças no cotidiano de grupos, o qual aparece como o espaço da dominação e da resistência. Assim, trabalha-se agora com a perspectiva de uma pluralidade de “sujeitos sociais” importantes, que independente da classe social a que pertencem podem agora desenvolver mudanças viáveis, ainda que no limite da sociedade capitalista.

Esta crítica ao marxismo vai ao encontro do que Jameson chamou de “morte do sujeito”, em seu aspecto revolucionário. Segundo SANTOS, parecia haver, na lógica moderna, uma profunda relação entre a capacidade e a intencionalidade. Se o sujeito revolucionário tinha interesses em uma transformação, também tinha capacidade para realizá-la. A história, entretanto, parece ter demonstrado que esta relação não era tão verdadeira assim. Segundo este mesmo autor, parece existir hoje uma dúvida sobre a capacidade ou sobre a intencionalidade revolucionária da classe operária, considerada como o sujeito revolucionário por excelência. Se o proletariado deseja fazer uma mudança radical de superação do capitalismo, parece não ter capacidade para tanto. Ou, em outra situação, se o proletariado tem capacidade para fazer tal mudança, parece não ter mais interesse. A crítica parece ainda mais contundente: não existe nem mesmo uma única identidade que possa criar o sujeito revolucionário. Este agora parece estar diluído em inúmeras identidades, as quais o possibilitam fazer apenas pequenas mudanças e transformações no cotidiano.

O que estaria em questão, na perspectiva pós-moderna, é uma verdadeira disputa de diferentes formas de subjetividades. Somos constituídos por uma rede de sujeitos com estas diferentes subjetividades, as quais correspondem às várias formas de poder que circulam na sociedade. Desta forma, dependendo das múltiplas circunstâncias pessoais e coletivas uma de nossas subjetividades poderia se destacar, tais como etnia, gênero, classe, cultura, etc. Assim, esta subjetividade é que daria o tom, naquela circunstância

específica, das perspectivas de transformação social que se apresentam para o sujeito. Assim, este seria, ao mesmo tempo, livre, porque não estaria orientado por um único elemento de sua vida social, e determinado, porque estas múltiplas subjetividades o colocariam, a cada momento, dentro de comportamentos e crenças específicas.

Parece-nos claro que a proposta pós-moderna tem, assim, uma explícita intenção substitutiva. Ao privilegiar tópicos como a sexualidade, o corpo, o gênero, a etnicidade, entre outros, a lógica pós-moderna coloca uma nova pauta política, onde antes vigoravam questões como classe, Estado, ideologia, revolução, modos materiais de produção, etc. As questões mais imediatas para a compreensão do cotidiano vêm à tona, são politizadas e mobilizam a população em torno de novos movimentos sociais. Enquanto isso, as chamadas “formas clássicas” são desqualificadas e negadas, diante de um processo de naturalização do capitalismo de que falaremos posteriormente. O resultado de tudo isso, como diz EAGLETON, são, por um lado, perdas políticas desastrosas e, por outro, uma emergência positiva do poder da vida cotidiana.

Nesta perspectiva substitutiva, o elemento econômico é um dos mais combatidos. Na discussão pós-moderna, ele praticamente desaparece, a partir do momento em que tudo o que tem a ver com produção material passa a ser sinônimo de “economicismo”. Com as transformações processadas no interior do capitalismo e com o “fim” da perspectiva socialista de sua superação, como já colocamos anteriormente, o poder do capital se torna onipresente e onipotente. Se é impossível desafirmos o capitalismo, a tendência é de naturalizá-lo e de elevar a um grau inquestionável tudo o que se refere a ele. Neste sentido, não existe espaço para a contradição ou para uma mentalidade dialética no interior do pensamento pós-moderno.

Nas palavras de EAGLETON (1998:33)

A política do pós-modernismo, portanto, significou ao mesmo tempo enriquecimento e evasão. Se eles lançaram questões políticas novas e vitais, isto se dá, em parte, porque bateram em retirada diante de impasses políticos mais antigos – não por eles terem desaparecido ou se solucionado, mas porque por ora se mostravam intratáveis. (...) Não se tratava, vale dizer, de um desvio da política para outra coisa, visto que a linguagem e a sexualidade são políticas até a raiz dos cabelos, mas se revelou, por conta de tudo isso, uma maneira valiosa de deixar para trás algumas questões políticas clássicas, tais como por que a maioria das pessoas não dispõe do suficiente para comer, que acabaram de certa forma escorraçadas da ordem do dia. (...) A linguagem da subjetividade imediatamente suplantou e suplementou questões de ação e organização política.

As transformações apontadas por HARVEY (1989) no interior do modo de produção capitalista parecem dar o tom desta naturalização do capitalismo, motivada por uma reestruturação econômica e por um reajustamento social e político. A flexibilização dos processos de trabalho, o surgimento de novos setores de produção e de novos

serviços financeiros, a “compressão do espaço-tempo” na esfera da produção, as mudanças no mercado de trabalho, o desemprego estrutural acompanhado de um retrocesso do poder sindical, a celebração, na esfera do consumo, da diferença, da efemeridade, da moda, são apenas alguns exemplos do que este autor chamou de “pós-modernismo flexível”, que, dominado pela fantasia, pelo imaterial e pelo capital fictício, contribuíram para fazer com que o capitalismo fosse visto como o único modelo capaz de, transformando-se continuamente, atender às necessidades de transformação da sociedade como um todo. Não é ocasional que JAMESON, em 1984, aprofundando criticamente suas análises sobre a esfera cultural, vá afirmar que o pós-modernismo é o dominante cultural, ou o projeto sócio-cultural da terceira grande etapa de desenvolvimento capitalista, o capitalismo tardio.

Resta à proposta pós-moderna, neste quadro, aderir a um extremo culturalismo. Diversos autores que debatem o caráter da pós-modernidade afirmam que, neste momento, a cultura ganha, na produção teórica, uma centralidade indiscutível. Nesta proposta, as características da natureza humana se constroem de modo diferente por culturas diferentes, entre as quais não cabe nenhuma relação de superioridade. Elas são apenas diferentes, nem melhores nem piores do que as outras, o que, em outras palavras, significa, mais uma vez, deixar de se discutir a questão da universalidade e aderir, novamente, a um profundo relativismo. Neste contexto, valores morais, políticos, filosóficos, etc. só são construídos em tradições locais e não possuem força para ir além disso. Diferentes culturas são autovalidáveis e mutuamente incomparáveis, não sendo possível julgar uma cultura pela outra.

Crescem também, nesta perspectiva pós-moderna, o interesse e a discussão acerca das manifestações culturais, principalmente as artísticas e intelectuais. Neste âmbito, vale pontuarmos os elementos da indústria cultural, da mercantilização da arte, do avanço da cultura de consumo, os quais demarcam com precisão a perspectiva do chamado pós-modernismo. É este o nosso objetivo para o segundo momento deste trabalho.

Considerações finais

É importante retomarmos a idéia de que a pós-modernidade é um dos resultados mais evidentes de uma série de crises vivenciadas pela humanidade, a começar pela crise do próprio projeto de modernidade. Realmente este projeto deixou promessas não cumpridas, ou seja, pelos caminhos do humanismo, do historicismo e da Razão dialética, as sociedades não vivenciaram, **no interior da ordem capitalista**, um processo de

regulação e de emancipação anunciado. Este cenário se agravou ainda mais com o fim das alternativas históricas de socialismo, até então visto como um caminho para a concretização da modernidade.

No entanto, é preciso termos clareza de que, nos termos em que é colocada, a pós-modernidade se apresenta muito mais como uma “anti-modernidade”. Sua proposta não é de recuperar o que não foi realizado e de, numa outra perspectiva, regular e emancipar a humanidade. Seu projeto é de negação da lógica moderna e de reorientação de seus ideais. Uma perspectiva conformista e desmobilizadora parece compor a pós-modernidade, como se realmente estivéssemos vivendo um “fim da história”. Já que não podemos transformar e revolucionar o quadro que está colocado, é melhor aderirmos e nos conformarmos com ele, contentando-nos com as pequenas reformas que se apresentam como possíveis.

Deste modo, a pós-modernidade se apresenta como um retrocesso sócio-político na história da humanidade. Sua antitotalidade, sua a-historicidade, sua crítica vazia das metanarrativas, sua despolitização da vida econômica, tudo isso representa uma perda significativa das referências modernas com as quais o homem não só construiu a sociedade contemporânea mas também a criticou e pensou em sua superação. Neste sentido, a pós-modernidade, apesar de se apresentar como um movimento contrário e alternativo a qualquer “ismo” que possa se construir, acaba se tornando, como já vimos, uma legitimadora e um perpetuador do capitalismo na sua forma contemporânea, que reforça e agrava ainda mais os elementos da exploração, da reificação e da alienação.

De uma certa forma, a pós-modernidade, através do seu culto à diferença e ao localismo, recupera questões de importância histórica mundial que foram desconsideradas pelas esquerdas tradicionais e pelo próprio sistema capitalista, incorporando setores com uma nova série de demandas políticas que foram menosprezadas pelo projeto da modernidade. No entanto, esta recuperação nos parece algo absolutamente inerte. Fortalecer a idéia das diferenças num quadro mundialmente marcado pela desigualdade e pela exploração é esvaziar política e socialmente qualquer perspectiva de emancipação destes grupos. A concepção “positiva” da diferença não pode florescer livremente enquanto a humanidade fortalece formas de exploração cada vez mais marcantes. Neste contexto, só é possível tratar os diferentes de forma desigual. Somente uma concepção de universalidade e de totalidade, nos moldes do que foi proposto pela modernidade, pode construir a idéia de se cuidar de modo igual das diferentes necessidades dos diferentes grupos. Este parece ser o caminho a se trilhar

para que o culturalismo pós-moderno, por exemplo, não vivencie este risco de esvaziamento. Desta forma, não se trata de colocar uma excepcionalidade destas diferenças ou de sobrevalorizá-las no contexto de sociedade global em que vivemos, mas de compreender o quanto estas diferenças, assim colocadas, tocam na divisão internacional da produção, inclusive cultural e o modo como elas se inserem neste conjunto. Acreditamos que, neste sentido, a cultura tenha um papel vital, de recuperar a capacidade crítica a través do conhecimento e da reflexão e de reorientar projetos societários mais amplos.

Estas nos parecem algumas considerações, ainda que preliminares, para que possamos, nos termos de ROUANET (1993) construir um “projeto de civilização neomoderna”, onde os valores e ideais da modernidade possam ser criticados, discutidos e recolocados. Consideramos que esta é uma necessidade a ser assumida pelos mais diferentes espaços de ação política da sociedade, numa perspectiva de enfrentamento ao irracionalismo e ao imobilismo pós-modernos.

Bibliografia

- 1 - ANDERSON, Perry. As origens da pós-modernidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.
- 3 - COUTINHO, Carlos Nelson. O estruturalismo e a miséria da razão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.
- 5 - EAGLETON, Terry. A ideologia da estética. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- 6 - _____. As ilusões do pós-modernismo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- 7 - EVANGELISTA, João E. Crise do marxismo e irracionalismo pós-moderno. São Paulo: Cortez, 1992.
- 8 - FEATHERSTONE, Mike. Cultura de consumo e pós-modernismo. São Paulo: Studio Nobel, 1995.
- 9 - _____. O desmanche da cultura; globalização, pós-modernismo e identidade. São Paulo: Studio Nobel, 1997.
- 10 - GERSCHMAN, Silvia; VIANNA, Maria Lúcia Werneck. A miragem da pós-modernidade; democracia e políticas sociais no contexto da globalização. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1997.
- 12 - HARVEY, David. Condição pós-moderna; uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 5ª ed., São Paulo: Loyola, 1992.
- 13 - HOLLANDA, Heloísa Buarque (org.). Pós-modernismo e política. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.
- 16 - _____. Pós-modernismo; a lógica cultural do capitalismo tardio. 2ª ed., São Paulo: Ática, 2002.
- 18 - ROUANET, Sérgio Paulo. Mal estar na modernidade. São Paulo: Companhia das letras, 1993.
- 20 - SANTOS, Boaventura de Sousa. Pela mão de Alice; o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 1997.